

**CONFERÊNCIA CIP**  
**ORÇAMENTO DE ESTADO'19**  
**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CIP, ANTÓNIO SARAIVA**  
**CCB, LISBOA, 11 DE SETEMBRO 2018**

No momento em que se ultima a preparação da Proposta do Orçamento de Estado para 2019, documento que condicionará a estratégia de desenvolvimento do País no próximo ano, a CIP, no exercício dos seus direitos e das suas responsabilidades, vem a público, mais uma vez, defender a sua visão para um País mais competitivo e produtivo. Mais justo e sustentável. Mais realista e menos demagógico.

Fruto das circunstâncias que todos conhecemos, estamos numa época em que o debate político e económico resvala da pluralidade da sociedade civil para uma pretendida exclusividade da sede parlamentar. Pela nossa parte, valorizaremos sempre o contributo válido e ativo dos parceiros sociais e a verdadeira essência do conceito de concertação. Na CIP, não desistimos nem nunca desistiremos de erguer a nossa voz na defesa das legítimas aspirações de quem mais cria emprego e promove a riqueza em Portugal.

Gostaria de iniciar a minha intervenção com uma homenagem reconhecida a todos aqueles que entendem a democracia e a liberdade como a casa da pluralidade, e o exercício da atividade governativa como o equilíbrio de todos em sociedade.

É numa sociedade livre e aberta que nós – empresários – gostamos e queremos viver. É num País de consciência cívica elevada que sonhamos e ambicionamos existir. É numa cultura de responsabilidade que queremos atuar e progredir. Uma cultura de responsabilidade onde os nossos méritos sejam reconhecidos e estimulados, ao mesmo tempo que assumiremos as consequências dos nossos erros.

Reconhecemos e respeitamos todos os parceiros e atores políticos e sociais. De todos esperamos reconhecimento e estímulo pelo bem comum que a nossa atividade induz.

Num País de elevada cultura cívica, numa sociedade aberta e construtiva, a nossa existência em muito contribui para o amadurecimento e consolidação do seu desenvolvimento. Num País entregue à demagogia de alguns e a um pensamento de fação de outros, como a História todos os dias nos demonstra, nem tudo o que é maduro dá bom fruto.

- Quando assistimos ao debate político em Portugal, em que os partidos com assento parlamentar e que suportam a atual solução governativa, diabolizam sistematicamente a atividade empresarial.
- Quando assistimos a metade do Parlamento a insistir reiteradamente na confusão entre a árvore e a floresta, rotulando os nossos interesses como contrários ao bem comum.
- Quando assistimos à proliferação da irresponsabilidade de propostas orçamentais em nome de um paraíso sem chão que o sustente.
- Quando olhamos para a História e a vemos carregada de exemplos falhados de Estados que não cuidaram da sua sustentabilidade económica.
- Quando olhamos para os portugueses e os vemos cansados dos sacrifícios impostos por uma reiterada insustentabilidade de políticas que nos conduziram a intervenções externas,

**a voz da CIP tem de se afirmar com responsabilidade e sensatez.**

Na CIP, não prometemos nem pedimos paraísos, nem demagogias irresponsáveis.

Na CIP, os seus associados - empresas e empresários - perceberam e interiorizaram como ninguém o significado do conceito de sustentabilidade.

Na CIP, apenas sugerimos que nos ajudem a criar condições justas e adequadas ao desempenho da nossa atividade. Que compreendam a necessidade de se criarem incentivos a quem mais investe, arrisca e produz.

Em suma, que reconheçam e percebam que não é dificultando o desempenho daqueles que mais empregos geram e riqueza multiplicam no País, que vão conseguir reunir os meios necessários para a criação de políticas de redistribuição sustentáveis. Políticas de que um Portugal mais justo, mais solidário e mais transversalmente desenvolvido, tanto necessita.

## Minhas Senhoras e Meus Senhores

As propostas para o Orçamento Geral do Estado de 2019 que aqui foram apresentadas, resultam dos contributos de reputados economistas e fiscalistas nacionais que, de forma voluntária e graciosa, no mais nobre dever de participação cívica que tanto apreciamos numa sociedade aberta, emprestaram o seu tempo e conhecimento.

Aos Prof. Vítor Bento, Daniel Traça e Tiago Caiado Guerreiro, aos Drs. João Costa Pinto e Óscar Gaspar, bem como ao Dr. Pedro Capucho, quadro da CIP, o nosso muito obrigado e um enorme bem hajam pelo vosso espírito de dever cívico.

As mais de 50 propostas vertidas nesta apresentação resultam do contributo de pessoas esclarecidas, livres e com perfeito conhecimento e noção do estado e necessidades da economia nacional.

Estas propostas emanam de uma análise realista e objetiva da vida das empresas em Portugal. São filhas do bom senso e da realidade quotidiana, num mar de dificuldades e num oceano de contrariedades em que alguns insistem que é possível sobreviver.

Tudo o que pretendemos é criar condições para que Portugal possa ter empresas cada vez mais competitivas. Uma economia cada vez mais produtiva. E se transforme num País cada vez mais atrativo.

Senhor Ministro, senhores deputados,

Faz agora um ano que, com a motivação que nos anima, elencámos um vasto conjunto de propostas para o Orçamento de Estado de 2018.

Fizemos chegar a todos os grupos parlamentares a voz dos milhares de empresas e de empresários que representamos. As suas angústias, as suas propostas e o seu imenso desejo de contribuir para um Portugal mais próspero e desenvolvido.

Assentes numa conceção de futuro, elas baseavam-se na necessidade de se aumentar o investimento, as exportações e a produtividade. Traduziram-se num conjunto de medidas que, infelizmente, na sua grande maioria, foram olímpicamente ignoradas.

Não só o nosso contributo foi desvalorizado, como foi alvo de ataques ideológicos, logrando estigmatizar em lugar de louvar, o risco, a coragem e o assombramento de quem investe em Portugal.

No entanto, voltamos este ano a apresentar o nosso contributo para o Orçamento do Estado, com a certeza da razão que nos assiste e da convicção que só assim serviremos Portugal, reiterando ideias de sempre e acrescentando as novas que a evolução económica impõe.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ambicionamos um diálogo construtivo, capaz de conceber e compreender as posições de todos, capaz de integrar num objetivo comum, sólido e sustentável, repito, sustentável, o crescimento da economia portuguesa.

- Cientes de que sem produtividade não haverá criação de riqueza.
- Cientes de quem sem riqueza não há políticas redistributivas que resultem no tempo.
- Cientes que sem políticas redistributivas não haverá uma sociedade solidária e inclusiva, onde todos terão uma oportunidade, independentemente da sua condição de origem.
- Cientes de ser este o modelo que a História da humanidade se encarregou de repetidamente comprovar como o único e mais eficaz para a criação de um verdadeiro desenvolvimento.

A CIP, com a autoridade moral de quem sempre compreendeu e repetidas vezes acolheu as visões e propostas de outras entidades em sede de concertação social, vem agora apelar a que todos, a começar pelos partidos que sustentam a atual maioria parlamentar, consigam imbuir-se do mesmo espírito, compreendendo e aceitando o que propomos em nome do crescimento de Portugal.

Com a preocupação estratégica de sabermos acrescentar valor às empresas portuguesas, de forma coerente e capaz de lhes permitir valorizar a sua marca e aumentar a sua produtividade.

Com a certeza de que só com um aumento de competitividade elas serão capazes de aumentar os seus índices de exportação tão necessários ao crescimento do País.

Com a consciência plena da capacidade e da criatividade dos portugueses, que, em meio propício e em igualdade de condições, se revelam melhores que os melhores.

Voltamos este ano a insistir, basicamente, que os vetores estratégicos para o ganho de competitividade e produtividade das empresas sejam devidamente acolhidos de forma consistente, refletindo-se no Orçamento do Estado para 2019.

Assim, e **como primeiro vetor defendemos a Promoção do Investimento** como condição indispensável para a incorporação de inovação, capaz de produzir a diferenciação dos nossos produtos, aumentar e qualificar a nossa mão-de-obra, bem como a conquista de novos e maiores mercados.

E isto através da discriminação positiva das empresas que investem baseando-se no autofinanciamento; através de uma contínua redução da taxa de IRC, fixando-a num máximo de 19%; através da eliminação das derramas; através do alargamento da redução do IRC para as PME's, e para todas as empresas do interior do país; através, ainda, da eliminação do Pagamento Especial por Conta, entre muitas outras medidas.

Como **segundo fator**, advogamos a necessidade premente de **fomentar as condições de capitalização e de financiamento das empresas**. Só o acesso a capital permite investimento, modernização e aumento de produtividade.

Para isso, propomos como medida estruturante a criação de uma carta de missão à CGD, com a finalidade de transformar o banco público num verdadeiro e real parceiro de crédito para as PME's e empresas exportadoras nacionais. É impensável que o Estado continue a conceber a CGD como um banco comercial tradicional, sem qualquer sentido de missão que o diferencie no apoio e assunção de riscos capazes de promover o crescimento económico do empresariado nacional. Se não for para isto, legítimo é perguntar, então qual a necessidade e utilidade de um banco público da dimensão da CGD.

Tudo isto acompanhado da criação de linhas de financiamento público e de fundos de investimento especializados destinados às empresas portuguesas, num verdadeiro espírito de desígnio nacional que conceba o crescimento das empresas como fator essencial ao aumento do emprego, à melhoria da inovação e qualificação dos seus trabalhadores e à incorporação de valor em produto, numa missão geradora de ganhos de competitividade e produtividade nacionais.

Como terceiro fator, **a adequação do mercado de trabalho.**

Reiterando que sem o crescimento das empresas e da sua produtividade, não haverá ganhos capazes de sustentarem qualquer aumento de políticas sociais de cariz redistributivo, é tempo de todos, de forma consciente e responsável, fazermos contas à sustentabilidade do que propomos.

Assim, a CIP defende neste domínio a aposta na requalificação dos trabalhadores das empresas; um aumento da flexibilidade do horário laboral adaptando a legislação laboral às novas necessidades económicas e particularmente aos desafios da economia digital, entre muitas outras já hoje enunciadas.

Por fim, **como último vetor estratégico, a melhoria do ambiente de negócios em Portugal.**

E aqui, muitos são os campos onde urge promover semelhantes melhorias, a começar pela regularização atempada dos pagamentos das dívidas de entidades públicas. Chega a ser imoral termos um Estado inclemente com as responsabilidades dos privados e relapso com as suas próprias.

Na justiça económica, fundamental é o reforço de meios humanos e tecnológicos dos tribunais de comércio, impedindo que o mais elementar sentido de justiça se perca na imensidão da demora habitual e que isso possa transformar a justiça comercial num calvário sem fim em benefício permanente do infrator.

A eterna bandeira da redução dos custos de contexto, naturalmente, não poderia faltar neste corolário de reivindicações empresariais. Mas atualmente e de forma cada vez mais evidente, urge preparar o País para o desafio da economia digital que já hoje nos invade em todos os domínios e onde todos, sem exceção, antevemos uma verdadeira revolução na própria conceção do mercado de trabalho e nos mecanismos de produção.

Foram já aqui elencadas algumas das medidas por onde podemos e devemos começar a prepara o futuro.

Esta estratégia, cujo impacto de curto prazo sobre a receita fiscal reconhecemos, deverá ser conciliada com a sustentabilidade das finanças públicas, de modo a assegurar a redução gradual da dívida pública, aliviando este pesado constrangimento e concorrendo para melhores condições de financiamento da economia.

Importa, também, prosseguir o relançamento do investimento público, que ainda permanece muito aquém do que tem sido sucessivamente anunciado e orçamentado. A prioridade deverá ser colocada na melhoria da conectividade internacional, nomeadamente nas infraestruturas ferroviárias, bem como no investimento de manutenção, áreas que foram descuradas ao longo dos últimos anos.

Para isso, é necessário proceder a um verdadeiro exercício de revisão profunda das despesas públicas correntes.

Embora as medidas propostas pela CIP na área da fiscalidade se centrem sobretudo na tributação das empresas, é preciso criar margem de manobra, numa perspetiva de médio e longo prazo, para a redução da carga fiscal sobre os salários. De facto, a elevada tributação dos rendimentos do trabalho limita a captação de mão-de-obra qualificada, nacional e estrangeira, e desincentiva o investimento em formação própria, na medida em que reduz a progressão salarial em função das qualificações.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Num mundo progressivamente mais global e competitivo, onde a revolução digital nos confronta com novas oportunidades, mas também com novos riscos, cumpre-nos preparar o País para assegurar um futuro mais próspero.

Numa economia pequena e frágil como a nossa, com uma dependência acentuada do exterior, apesar do período de maior crescimento e desanuviamento que vivemos, certo é que não fizemos as reformas necessárias para garantir a sustentabilidade que necessitamos, nem para a incerteza do mundo em que vivemos.

Ao não controlarmos as variáveis externas de que tanto dependemos, devemos estar perfeitamente conscientes das nossas vulnerabilidades e da necessidade urgente de nos defendermos.

Só com a criação de verdadeiras condições para os ganhos de competitividade e produtividade, inovação e valorização das empresas portuguesas, seremos capazes de prepara um futuro de crescimento sustentável.

E para isto, todos teremos de assumir as nossas responsabilidades e responder pelas consequências das nossas estratégias. Portugal não se pode dar ao luxo de novos experimentalismos insustentáveis ou de novas aventuras ideológicas e clientelares.

Finalizando com uma referência a Karl Popper quando dizia: “Numa democracia, é essencial a consciência da responsabilidade, a responsabilização daqueles que detêm o poder e o exercem”, acrescento eu que na democracia portuguesa essencial é que todos sejamos capazes de nos despir dos nossos interesses imediatos e das nossas zonas de conforto e logremos em conjunto construir as pontes necessárias para a edificação sólida e sustentável da economia nacional.

Muito obrigado.